



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 1.552, DE 2020

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº \_\_\_\_\_

**Dê-se ao art. 7º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2020, a seguinte redação:**

“Art. 7º. A inclusão de mulheres em situação de violência em programa de acolhimento institucional poderá ocorrer a partir de demanda/requerimento de órgãos e instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra mulheres, sendo obrigatório o registro de Boletim de Ocorrência e a coleta de provas, quando necessária.”

### JUSTIFICAÇÃO

A emenda em tela tem a finalidade trazer uma maior participação do poder público no encaminhamento de mulheres em situação de violência para o acolhimento em institucional.

Muito embora seja meritória a intenção da relatora em realizar a inclusão, não podemos furtar a participação do poder público nessas situações. O que será feito com o registro Boletim de Ocorrência e a coleta de provas, quando necessária, sendo tais medidas de grande relevância quando da inclusão das mulheres em situação de violência no programa de acolhimento institucional.





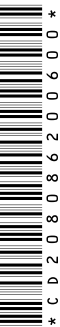
## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dada a relevância e urgência do tema, peço apoio ao pares para a aprovação da emenda.

**Sala das Sessões, em                      de                      2020**

**Deputado Eli Borges**  
**Solidariedade/TO**

**Deputada Rosangela Gomes**  
**Republicanos/RJ**





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Eli Borges )**

Obriga o registro de Boletim de Ocorrência e a coleta de provas, quando necessária, quando da inclusão de mulheres em situação de violência em programa de acolhimento institucional

Assinaram eletronicamente o documento CD208086200600, nesta ordem:

- 1 Dep. Eli Borges (SOLIDARI/TO)
- 2 Dep. Rosangela Gomes (REPUBLIC/RJ)
- 3 Dep. Paulo Pereira da Silva (SOLIDARI/SP) - VICE-LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE